



DESENVOLVER PORTUGAL

DESENVOLVER PORTUGAL

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL



CELSO PEREIRA NUNES

Esta Moção de Estratégia Global agrega o essencial das ideias defendidas pelo seu subscritor sobre a estratégia a adotar pelo partido Aliança no período 2019-2023, bem como as políticas que o Aliança deverá defender para Portugal no mesmo período.

Com esta iniciativa propõe-se, de acordo com os princípios, fins, e valores que fazem parte do Aliança, e nos quais nos revemos, uma estratégia de afirmação do Aliança como partido político de referência em Portugal, e de desenvolvimento humano para os Portugueses.

Pretendemos afirmar o Aliança como uma referência no panorama nacional de um partido político de gente competente, honesta, humanista, íntegra. Pretendemos preparar o Aliança para contribuir de forma decisiva para que Portugal se torne, cada vez mais, um país desenvolvido, próspero, em que os Portugueses vivam cada vez mais felizes.

Defendemos que as prioridades passem pelas seguintes questões:

1. Afirmação, defesa e promoção da **Liberdade**, nas suas diversas facetas: Liberdade individual, liberdade de expressão e de imprensa, liberdade económica e comercial, liberdade religiosa, bem como os ideais democráticos, os direitos civis, a laicidade do Estado, e a propriedade privada;
2. Promoção da **Saúde** através de políticas de conceção holística que promovam: A longevidade, a vida vivida com bem-estar e saúde do nascimento à morte em idade avançada, a prevenção de doenças

- físicas e mentais, alterações do estilo de vida para hábitos mais saudáveis, o equilíbrio emocional, a qualidade da água;
3. Promoção da **Educação** e da Formação ao longo da vida, sobretudo em qualidade: Apoio às famílias e orfanatos na educação das crianças e adolescentes, luta contra o abandono escolar, democratização do ensino de qualidade, incentivo à formação académica e profissional ao longo da vida, modernização da lógica educativa;
 4. Promoção do **Desenvolvimento** Humano, nas suas diversas facetas: Crescimento e desenvolvimento económico sustentável em termos ambientais e macroeconómicos, desenvolvimento equilibrado geográfica e socialmente, realização do potencial individual, construção de uma sociedade próspera em termos materiais e relacionais;
 5. Defesa dum rumo sustentável para o **Ambiente** de forma transversal a todas as políticas: Estímulo e incentivo ao uso de energias renováveis, luta contra o desperdício energético, promoção de uma cultura de limpeza, incentivo à reflorestação nativa, criação de incentivos para tornar as cidades mais verdes, aumento da quantidade e qualidade da oferta de transportes públicos;
 6. **Relações externas**: Participação ativa no aprofundamento da União Europeia segundo uma política de pequenos passos em direção ao federalismo europeu, promoção da paz a nível mundial, cooperação humanitária e apoio efetivo em situações de crise nas suas origens geográficas, intermediação na resolução de conflitos, estímulo e promoção das exportações portuguesas.

Queremos contribuir para tornar Portugal um país mais próspero. Queremos ser uma referência de conduta política honesta, incorrupta, transparente, que quer servir o país em vez de ser servida por cargos públicos. Queremos modernizar o nosso País. Somos ambiciosos, corajosos e determinados. Somos dialogantes, negociadores e serenos.

Celso Pereira Nunes

Promotor da Moção “Desenvolver Portugal”

(Esta moção, em formato digital, encontra-se disponível em <http://clpnunes.wixsite.com/celsonunes>)

Sumário

1. Introdução	5
1.1 Motivação	5
1.2 Considerações Gerais	6
2. Propostas de Orientação da Conduta Partidária	9
2.1 Propostas Gerais	9
2.2 Propostas Concretas	11
3. Propostas de Orientação Política	13
3.1 Políticas de Âmbito Nacional	13
3.1.1 Administração Interna	13
3.1.2 Ambiente e Ordenamento do Território	16
3.1.3 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	17
3.1.4 Coordenação Económica	18
3.1.5 Defesa	19
3.1.6 Educação e Cultura	20
3.1.7 Emprego e Segurança Social	22
3.1.8 Família e Igualdade de Oportunidades	24
3.1.9 Finanças	27
3.1.10 Justiça	29
3.1.11 Planeamento e Infraestruturas	30
3.1.12 Relações Externas	31
3.1.13 Saúde	33
3.1.14 Setor Primário	34

1. Introdução

1.1 Motivação

O subscritor desta moção saúda com entusiasmo a iniciativa do Dr. Pedro Santana Lopes em criar o Aliança, partido político com que se identifica completamente, nomeadamente a nível dos seus princípios e valores fundamentais. Desta forma, esta moção é, antes de mais, uma afirmação de total solidariedade com as ideias de que a primazia do indivíduo, o exercício responsável das suas liberdades, e a vocação europeísta de Portugal, são elementos fundamentais a defender pelo Aliança na afirmação das Portuguesas e dos Portugueses, presentes em todo o mundo, como povo que quer participar, de forma ativa e inequívoca, no processo de desenvolvimento humano em curso em todo o mundo.

Esta Moção de Estratégia Global surgiu a partir da ideia do seu promotor, o Prof. Celso Pereira Nunes, de articular um conjunto de ideias de políticas de desenvolvimento e modernização para Portugal. A motivação principal da apresentação desta moção estratégica é apresentar uma alternativa de posicionamento político e forma de atuação do Aliança na consecução do objetivo maior de contribuir para o desenvolvimento de Portugal. O subscritor desta moção pretende, desta forma, atingir 3 objetivos principais:

1. Apresentar linhas de orientação para a forma de o Aliança atuar, no contexto político partidário português, de forma a contribuir de forma decisiva e positiva para uma representação competente e honesta do povo português nas diversas instituições políticas, nomeadamente nas autarquias, no Parlamento Europeu e na Comissão Europeia, na Assembleia da República, no Governo da República e nos Governos Regionais;
2. Contribuir para um partido Aliança diverso e plural, mas unido nos objetivos, nos princípios e valores;
3. Propor uma moção de orientação governativa para Portugal, com propostas equilibradas e sustentáveis que consolidem o processo de desenvolvimento Português.

Desta forma, o subscritor desta moção pretende colocar aos militantes e simpatizantes do Aliança a possibilidade de escolherem um caminho de afirmação política do seu partido político baseado nas ideias de que o Aliança seja, para os portugueses, uma referência de

1. Renovação do panorama político-partidário português;
2. Honestidade na conduta política, seriedade das propostas apresentadas, e transparência na organização interna;
3. Promoção da igualdade de oportunidades;
4. Propostas políticas credíveis e positivas, sustentáveis ambiental e macroeconomicamente;
5. Contributo para o desenvolvimento económico e humano.

1.2 Considerações Gerais

A nossa visão do partido Aliança é a de que este deve ser um instrumento político que permita aos seus militantes contribuírem, de forma ativa e participada, para que Portugal seja um país cada vez mais desenvolvido, justo e livre.

Quando mencionamos o desenvolvimento, referimo-nos ao desenvolvimento humano nas suas diversas facetas, nomeadamente desenvolvimento cultural e educacional, desenvolvimento económico, e melhoria da qualidade de vida.

Em termos de desenvolvimento cultural, realçamos como prioritário o desenvolvimento das mentalidades dos portugueses no sentido de uma maior autorresponsabilização, uma conduta mais cívica no convívio social, e um comportamento mais ético no exercício das suas funções e nas relações interpessoais. Em termos educacionais, consideramos fundamental que o sistema de ensino, do pré-escolar ao superior, se adequa às necessidades da sociedade do conhecimento e que está integrada num mundo globalizado.

O desenvolvimento económico é um objetivo fundamental. Entendemos que Portugal estará em condições de convergir para o nível médio de desenvolvimento económico da União Europeia a longo prazo se os seus governantes forem capazes de encetar uma postura de reunião de consensos sobre os temas fundamentais que permitam um salto no crescimento económico do nosso país. Entre outros possíveis, destacamos a importância de consensos para

- Um Estado que apoie os empreendedores no desenvolvimento de negócios de alta produtividade e com interesse estratégico para Portugal;
- Uma educação que forme os indivíduos para aprenderem a aprender e para desenvolverem as suas capacidades de raciocínio independente e de relacionamento interpessoal;
- Uma justiça que funcione de forma célere;
- Uma política ambiental que promova comportamentos sustentáveis e sancione comportamentos inaceitáveis;
- Uma política para a saúde que apoie a população na adoção de comportamentos saudáveis e que esteja sempre presente com respostas adequadas na necessidade de acesso a cuidados agudos e crónicos;
- Uma política fiscal e orçamental sustentável que privilegie a promoção do crescimento económico através do apoio ao empreendedorismo no desenvolvimento de negócios de alta produtividade e com interesse estratégico para Portugal e à exportação, e que lute contra o desperdício de recursos no país.

A melhoria da qualidade de vida é a outra faceta muito importante do desenvolvimento, desde logo porque consideramos que um dos objetivos principais do crescimento

económico é sustentar uma qualidade de vida crescente para as populações. Entendemos que os Portugueses podem ter grandes melhorias em termos de uma vida longa e saudável se forem criadas as condições ambientais para fazerem as escolhas que promovam um estilo de vida saudável. Pensamos que o Estado tem um papel que poderá ser decisivo na promoção desse objetivo, quer a nível comunicacional, quer a nível legislativo.

Para além de querermos contribuir para um Portugal mais desenvolvido, queremos também contribuir para que seja um país mais justo. Para isso, entendemos que a primeira prioridade é a promoção da igualdade de oportunidades. Queremos que Portugal seja uma referência neste capítulo, principalmente fazendo com que o Estado providencie um sistema de ensino de alta qualidade e acessível a todos. Entendemos que esta é uma das funções em que o Estado mais deve concentrar a aplicação das suas energias e dos seus recursos. Queremos minimizar a existência de Portugueses marginalizados desde a infância numa vida plenamente integrada na sociedade, queremos promover uma cultura de autorresponsabilização e de exigência. Queremos que o maior número de Portugueses tenha a possibilidade de exercer uma atividade para a qual tenham aptidões e competências, tanto quanto possível que gostem do que fazem, e que dessa forma possam contribuir mais e melhor para produzirem algo de útil para a sociedade.

Uma segunda prioridade para um Portugal mais justo será, em nosso entender, a orientação do sistema redistributivo para a luta contra a desigualdade salarial e de riqueza, que consideramos em Portugal atingir níveis inaceitáveis. Para além das medidas de fundo com alcance a longo prazo, queremos que a luta contra a pobreza e a diminuição da desigualdade seja acelerada através de políticas específicas para esses efeitos.

Entendemos que uma terceira prioridade para um Portugal mais justo é que a justiça esteja cada vez mais próxima da situação de igualdade no acesso, independentemente da capacidade financeira de cada cidadão ou entidade que necessite recorrer à justiça para fazer valer os seus direitos.

Finalmente, mas não menos importante, é a prioridade que estabelecemos de Portugal ser um país mais livre. Somos liberais e, como tal, somos defensores dos direitos civis, da liberdade de expressão e de imprensa, da liberdade individual, da liberdade religiosa e da laicidade do Estado, da liberdade económica e do livre comércio, da propriedade privada e do reforço da democracia. Pretendemos, com base nesses princípios, defender o aprofundamento:

- Da laicidade do Estado e da liberdade de crença, de culto e de organização religiosa, salvaguardado o respeito pelos usos e costumes consensuais e historicamente identitários da sociedade portuguesa;
- Da liberdade económica, do livre comércio e da propriedade privada, para que funcionem como impulsionadores e incentivadores do empreendedorismo e do trabalho produtivo em prol do bem comum;

- Da primazia do indivíduo perante o Estado nas suas escolhas pessoais, salvaguardado o seu convívio social;
- Do direito de qualquer cidadão manifestar e publicar livremente ideias, opiniões e pensamentos sem medo de censura nem retaliação por parte de qualquer entidade pública ou não pública, bem como o direito de aceder a informações e notícias através dos meios de comunicação sociais sem qualquer interferência estatal;
- Dos direitos à privacidade, ao protesto pacífico e a julgamentos justos, bem como dos direitos, liberdades e garantias constitucionais;
- Dos valores democráticos e da participação dos cidadãos na vida política, nomeadamente através de iniciativas populares, plebiscitos e referendos.

2. Propostas de Orientação da Conduta Partidária

2.1 Propostas Gerais

1. O partido deverá elaborar um programa eleitoral baseado na moção de estratégia global aprovada em congresso, mas que aprofunde os assuntos depois de escutar a sociedade civil, especialistas e peritos, e as bases do partido. Tal programa só deverá conter promessas na medida em que sejam concretizáveis e sustentáveis a longo prazo.

2. A escolha de pessoas para cargos e funções deverá ser criteriosa quanto à competência para os mesmos, à honestidade, à integridade e ao patriotismo. As pessoas que se venham a revelar desonestas, criminosas, e que se servem dos cargos para benefício próprio, deverão ser convidadas a demitirem-se, demitidas ou expulsas do partido, consoante a gravidade da falta cometida.

3. O partido Aliança deverá trabalhar de forma permanente para ser um partido de bases, em que os militantes são ouvidos, as suas opiniões devidamente argumentadas são consideradas, e as suas propostas devidamente apresentadas deverão ser discutidas. Os militantes deverão sentir-se à vontade para, em sede própria, efetuarem críticas construtivas à liderança, sempre que entenderem que esta não respeitou a conduta a que se propôs ou os princípios e valores básicos do partido. O nosso partido deverá funcionar com um espírito de equipe em que todos podem contribuir para um bem comum, que é o contributo do partido para que Portugal seja cada vez mais um país desenvolvido, justo e livre. A liderança do partido deverá ser uma força motivadora e promotora desse espírito de equipe. O Aliança deverá estar sempre preparado para tentar corrigir-se e melhorar, sem prejuízo de avançar sempre com determinação e entusiasmo na sua ação política.

4. Quando no exercício do poder, o partido Aliança deverá tentar, de forma determinada, atingir todos os objetivos a que se propôs e cumprir todas as promessas que tenha eventualmente realizado ao eleitorado.

5. As prioridades do partido, a nível nacional, deverão ser:

a) A Defesa dos Direitos, Liberdades e Garantias Constitucionais;

b) A preservação do Ambiente e a utilização responsável e sustentável dos recursos naturais;

c) Um crescimento da economia portuguesa compatível com uma convergência com a média da União Europeia a longo prazo, e a defesa de políticas fiscais e orçamentais responsáveis que não coloquem em risco a sustentabilidade macroeconómica desse crescimento;

d) O desenvolvimento humano, a promoção duma escolaridade com qualidade de ensino de excelência e acessível a todos, e a luta contra o abandono escolar;

e) A criação de condições para que o ensino superior, a investigação científica e a inovação tecnológica exerçam as suas atividades com altíssima qualidade;

f) Impulsionar a qualificação profissional e a aprendizagem ao longo da vida, promover a igualdade de oportunidades, lutar contra a pobreza, e diligenciar pela diminuição das desigualdades sociais e de rendimentos;

g) A promoção de estilos de vida saudáveis e o acesso a cuidados de saúde de alto nível a toda a população;

h) A segurança dos cidadãos, a adequada manutenção de edifícios e infraestruturas, a prevenção de catástrofes e a preparação para situações de emergência;

i) A Promoção da Paz Internacional e o aprofundamento da integração Europeia;

6. O partido Aliança deverá ser um partido reformista. Deverá ser um partido que sabe estudar os assuntos, propor soluções e decidir com assertividade e determinação, sem medo de quebrar situações enquistadas que obstaculizam o progresso da economia, das instituições e das organizações. Deverá ser uma referência de luta contra a corrupção, o tráfico de influências, as explorações monopolísticas, as rendas excessivas, e todas as outras formas de exercício do poder público ou privado em detrimento do interesse do conjunto dos contribuintes e do interesse nacional.

7. O partido Aliança deverá ser promotor da participação da sociedade civil na política ativa, quer em termos locais, quer em termos regionais e nacionais. Deveremos ser democratas, mas não defensores duma partidocracia em que os partidos políticos detêm o monopólio da participação política.

2.2 Propostas Concretas

O Partido Aliança deverá:

1. Propor-se à filiação no Partido da Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa;
2. Apresentar uma proposta de revisão constitucional nos 6 meses seguintes às Eleições Legislativas para a Assembleia da República, bem como demonstrar abertura a todos os partidos com assento parlamentar para se encontrar um consenso sobre uma revisão constitucional;
3. Abster-se de apresentar candidatos à Presidência da República, bem como de apoiar oficialmente qualquer candidatura a esse cargo, realçando desta forma a natureza apartidária do cargo da chefia do Estado;
4. Apoiar a eleição, para a presidência da Assembleia da República, de uma personalidade que tenha tido, no seu percurso de vida, uma conduta eticamente irrepreensível;
5. Estar disponível para dialogar com todos os partidos políticos com assento parlamentar sobre a viabilização de governos;
6. Aceitar formar governo, ou participar na formação de um governo, desde que o programa de governo acordado seja compatível com os princípios e valores do Aliança, bem como com o essencial do programa eleitoral que o Aliança apresentar na campanha eleitoral;
7. No governo ou na oposição, demonstrar uma permanente abertura para o diálogo construtivo com a Presidência da República, com a Assembleia da República e com os partidos políticos com assento parlamentar, e com os poderes regionais e locais;
8. Promover a mobilização e organização interna de forma a tentar apresentar listas próprias ou conjuntas para todas as eleições ao parlamento europeu e para todos os círculos eleitorais, regiões autónomas, assembleias municipais, câmaras municipais e juntas de freguesia, sem prejuízo de só convidar pessoas que se adequem aos princípios do partido e que não tenham registo criminal conhecido nem estejam acusados pelo Ministério Público;
9. Dialogar permanentemente com organizações não governamentais de índole internacional, nacional, regional, local e setorial na busca de contributos, ideias e sugestões que contribuam para o desenvolvimento de Portugal;
10. Demonstrar abertura para ouvir as críticas, reclamações e reivindicações apresentadas por organizações da sociedade civil, incluindo associações e clubes, centrais sindicais e sindicatos, confederações e organizações empresariais, instituições particulares, ordens profissionais, órgãos de defesa do consumidor, entre outras;
11. Promover a realização de referendos e plebiscitos sobre assuntos relevantes para a sociedade portuguesa e que mereçam uma participação direta da população pela sua importância e natureza;

12. Promover a igualdade de oportunidades aos militantes que queiram participar nos órgãos do partido, apoiando de forma isenta e transparente a divulgação de candidaturas, listas e moções;
13. Promover a participação da sociedade civil na proposta de contributos para o desenvolvimento de Portugal e participar num processo de aproximação dos partidos políticos aos cidadãos;
14. Priorizar a atividade dum centro de estudos próprio que apoie a elaboração de propostas e programas e que promova a elevação do nível político em Portugal;
15. Apresentar propostas concretas que permitam ajudar a dar voz a quem não tem voz e a nos apercebermos das questões do país real que não aparecem nas notícias.

3. Propostas de Orientação Política

3.1 Políticas de Âmbito Nacional

3.1.1 Administração Interna

Ambição

Temos a aspiração de tornar o Estado uma entidade mais bem coordenada, mais eficiente, e mais proativa na prestação dos serviços de administração local, de proteção e de segurança dos cidadãos. Estamos convencidos de que esse desígnio é alcançável através de uma reorientação dos serviços de administração local, proteção civil e segurança para as reais necessidades das populações, em detrimento de interesses lobísticos e mesquinhos. Queremos, em diálogo permanente com os autarcas, estabelecer regras que permitam um desenvolvimento local vibrante, sustentável e que permita a melhoria da qualidade de vida das populações. Temos orgulho nas forças de proteção e segurança que diariamente garantem o bem-estar dos Portugueses, e com elas pretendemos aumentar o nível de prevenção de todo o tipo de acidentes, catástrofes e crimes, bem como melhorar a qualidade organizacional e das suas condições de trabalho de modo a poderem continuamente melhorar a atuação em cenários de crise. Julgamos fundamental aproveitarmos mais, e de forma mais decisiva, os conhecimentos de cientistas e peritos, bem como a experiência dos técnicos e dos operacionais no terreno, no combate às ameaças ao bem-estar e integridade física das populações.

Objetivos principais

- Reorientar os incentivos da gestão autárquica para uma priorização da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos;
- Inculcar e reforçar a cultura de prevenção de acidentes e catástrofes, de forma transversal aos serviços públicos e de forma geral à população;
- Reorganizar as forças de segurança em função das ameaças do mundo contemporâneo e facultar aos seus agentes as condições, a formação e os meios necessários para responderem com eficácia e prontidão a todas as formas de criminalidade.

Propostas

Administração Local

- Acarinhhar e estimular o **voluntariado** de idosos reformados que queiram de alguma forma contribuir para a sociedade com a sua capacidade, experiência e sabedoria, em particular nas suas comunidades locais;
- Capacitar a administração local para uma maior eficácia no apoio comunitário e no desenvolvimento regional, nomeadamente através da atribuição de **novas competências atribuíveis a agrupamentos autárquicos**;
- **Facilitar os processos de inscrição no pré-escolar e nas escolas do ensino básico**, principalmente a crianças com necessidades especiais e a crianças que tenham mudado recentemente de residência;
- Legislar, e facultar competências às autarquias e a agrupamentos autárquicos, que permitam uma **maior proximidade entre o local de residência e o local de trabalho** para a generalidade dos trabalhadores, nomeadamente através da priorização da reabilitação urbana, e em detrimento de novas construções nos subúrbios;
- **Legislar no sentido de desincentivar a falta de planeamento e dar poderes à administração local** para políticas mais proativas na defesa do ambiente, na devolução de orlas marítimas e margens fluviais aos cidadãos e na proliferação de jardins e parques urbanos;
- Modernizar o **equipamento desportivo das escolas** e permitir que sejam usados pela comunidade local;
- Potenciar a **cultura, o desporto e o património histórico** como elementos de uma vida local ativa e engajada;
- Promover o uso de tecnologias de ponta na procura de **novas formas de satisfação das necessidades** dos cidadãos ao nível local;
- Promover **redes de negócios locais** para iniciativas colaborativas;
- **Revigorar localidades rurais** enquanto foco de crescimento e emprego local através de iniciativas diversas, como o incentivo a reabilitação de habitações devolutas com uso de conectividade digital, domótica, energias renováveis, e materiais adequados para um alto aproveitamento energético;
- **Transferir novos poderes e responsabilidades para as autarquias** de acordo com a aplicação do princípio da subsidiariedade;
- Usar métodos criativos para que as escolas do ensino básico consigam promover eficazmente **estilos de vida ativos, hábitos e padrões alimentares saudáveis, respeito pela natureza, e valores de integração e tolerância social**.

Proteção Civil

- Atribuir **benefícios fiscais e regalias no acesso a alguns serviços públicos aos bombeiros** com mais de 5 anos de serviço que não tenham registos de condenação em processo disciplinar no seu percurso voluntário;

- **Dignificar o trabalho** dos agentes de segurança, bombeiros, equipas de apoio psicossocial, guardas florestais e paramédicos;
- Garantir que **os quadros da Proteção Civil são recrutados exclusivamente com base em capacidades comunicacionais e técnicas** que sejam favoráveis à eficácia do sistema de proteção civil;
- Legislar e fiscalizar de forma sistemática sobre a **construção antissísmica**, incentivando uma construção e reabilitação mais exigentes, de modo a atenuar significativamente o impacto de qualquer eventual ocorrência sísmica relevante;
- Promover uma **política ativa de prevenção de catástrofes naturais**, com maior preparação e sensibilização das populações;
- **Reforçar a qualidade das infraestruturas de apoio à emergência médica** de modo a garantir melhores condições de trabalho aos seus profissionais;
- **Reformular o Serviço de Proteção Civil** de forma a torná-lo mais eficaz e mais eficiente, com base nas melhores práticas internacionais, em diálogo permanente com todas as partes envolvidas, incluindo todos os serviços de emergência, os cientistas e engenheiros especialistas na matéria, e o IPMA;
- Trabalhar, nas comunidades locais, na **prevenção de incêndios** através da implementação das conclusões dos estudos efetuados nessa matéria, e com ações de comunicação e formação em parceria com áreas metropolitanas, associações e clubes locais, câmaras municipais, centros de coordenação regional, proteção civil, governos regionais e juntas de freguesia.

Segurança

- Assegurar que **os agentes policiais são adequadamente equipados e treinados** para combater todos os tipos de criminalidade;
- Buscar de forma contínua **respostas inovadoras a ameaças emergentes**;
- **Constituir uma autoridade policial independente** que estude um modelo de integração das forças de segurança que recentre a sua organização de acordo com as necessidades do mundo contemporâneo, que explore o potencial do trabalho em parceria com comunidades locais, e que permita um recentrar do trabalho dos agentes de segurança em atividades de estratégia, formação, investigação, policiamento, preparação de operações e treino, em detrimento de tarefas administrativas e burocráticas;
- Transformar o Centro Nacional de Cibersegurança numa **Agência Nacional para a Segurança Informática** que apoie o governo na criação de legislação que reforce a segurança online, bem como na conceção e implementação de campanhas informativas dirigidas a encarregados de educação e adolescentes sobre como evitar os riscos escondidos na Internet.

3.1.2 Ambiente e Ordenamento do Território

Ambição

Tencionamos diminuir a um ritmo significativo o lixo plástico e a utilização de combustíveis fósseis, ao mesmo tempo que aumentamos a reciclagem. Queremos proteger os nossos recursos hídricos e a qualidade do ar.

Temos a ambição de defender de forma efetiva as zonas protegidas e sensíveis da construção civil. Queremos combater os incêndios sobretudo pela prevenção e executando as medidas necessárias depois de escutar os envolvidos no terreno e os peritos na matéria. Pretendemos revolucionar a mobilidade dos portugueses por via do incentivo aos meios de transporte mais eficientes e menos poluentes.

Objetivos

- Fazer da preservação ambiental uma prioridade nacional
- Propor leis exigentes para o ordenamento do território
- Revolucionar a mobilidade dos portugueses

Propostas

Ambiente

- Aumentar a **qualidade da água** para fornecimento público através do aumento da quantidade retida, da proibição do uso de Flúor e fluoretos, e da procura de desinfetantes alternativos que permitam a diminuição do uso de Cloro e cloretos;
- Aumentar o **IVA** sobre produtos poluentes e diminuir sobre produtos amigos do ambiente;
- Aumentar significativamente o contributo de **renováveis** na produção de eletricidade e eliminar o carvão;
- Fazer da Agência Portuguesa do Ambiente uma agência que passe, efetivamente, a **impedir atentados ambientais**;
- Implementar um pacote de medidas de incentivo à utilização de **veículos elétricos**, como acesso a faixas bus, alargamento da rede de pontos de carga, estacionamento gratuito e maiores benefícios fiscais;
- Implementar planos de **combate ao desperdício** de água, alimentos, eletricidade e gás e de diminuição do uso de embalagens e de produtos poluentes;
- Incentivar a **produção agrícola sem produtos químicos sintéticos** prejudiciais para a saúde humana e para o meio ambiente e alargar a proibição de produtos químicos sintéticos;

- Introduzir uma política de incentivo ao aumento da **eficiência energética** e de obrigatoriedade de geração de energia solar em novos edifícios e o incentivo ao mesmo nos edifícios já construídos;

Ordenamento do Território

- Introduzir uma **política de habitação** que promova habitação adequada para todos, um melhor uso dos imóveis edificados, padrões de construção que privilegiem a conceção de projetos arquitetónicos e o uso de materiais amigos do ambiente e da saúde humana;
- **Legislar sobre proibição de construção em locais sensíveis**, depois de ouvidas as partes envolvidas e os cientistas e peritos na matéria, tendo particular atenção sobre a construção sobre cursos de água e nas margens de rios e lagos, em dunas, pântanos, pateiras, praias, rias, sapais, e na costa marítima em zonas de risco;
- **Privilegiar obras públicas de grande retorno social e pequena dimensão** que apoiem a produção local, em detrimento de grandes projetos que criem grande impacto orçamental e ambiental e sejam mais suscetíveis de importação de bens e serviços;
- Programar e executar uma **política de ordenamento do território** que promova uma política de habitação adequada, redes adequadas de transportes públicos e equipamento social, a sustentabilidade ambiental, e a prevenção de acidentes e catástrofes;
- **Revolucionar a mobilidade dos portugueses** criando condições para que os Portugueses andem mais a pé, se desloquem cada vez mais por meio de transportes não poluentes, e usem cada vez mais os transportes públicos, com especial preferência pelo transporte ferroviário.

3.1.3 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Ambição

Queremos fornecer ao ensino superior, à investigação científico-tecnológica e ao registo de patentes os meios necessários para um impulso significativo da qualidade e da qualidade nestas áreas.

Objetivos

- Aumentar significativamente o investimento em ciência e tecnologia;
- Melhorar a qualidade do ensino superior.

Propostas

Ciência e Tecnologia

- Apoiar o **investimento privado** em investigação e desenvolvimento;
- **Aumentar o investimento em investigação e desenvolvimento** para pelo menos 2% do PIB até 2023.

Ensino Superior

- Criar uma **estratégia nacional** abrangente, clara e participada que oriente as decisões dos estabelecimentos de ensino superior e de investigação e desenvolvimento;
- **Diferenciar os estabelecimentos de ensino superior** entre os que têm uma vocação profissionalizante prática e os que têm um cariz de ensino científico e de investigação científica;
- Encorajar os estabelecimentos de ensino superior a trabalharem com os empregadores na **criação de estágios e de vagas de formação no local de trabalho**;
- Reforçar a dimensão e a qualidade dos **campi universitários e institutos tecnológicos** por todo o país;
- **Reformar o financiamento do ensino superior** para um modelo menos baseado na procura dos cursos e mais sustentado na empregabilidade;
- **Rever o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior** no sentido de o tornar mais adequado ao desenvolvimento das instituições, à proteção dos direitos legais dos seus trabalhadores, e menos passíveis de abusos de poder por parte de dirigentes.

3.1.4 Coordenação Económica

Ambição

Temos um objetivo ambicioso de convergência real da atividade económica para a média da União Europeia no prazo de uma geração. Focaremos na competitividade e na resiliência da economia através do desenvolvimento do setor exportador para mercados exigentes. Queremos a economia mais alicerçada em mão-de-obra qualificada.

Objetivos

- Diminuir o Índice de Gini para um valor abaixo de 31% até 2023;
- Executar políticas que foquem no ataque à desigualdade de rendimentos antes da redistribuição;
- Implementar um pacote de medidas para o aumento da produtividade;

- Investir em infraestruturas que permitam o florescimento da conectividade e do turismo.

Propostas

Coordenação Económica

- **Atrair investimento** direto estrangeiro empregador e produtivo;
- Estudar e executar um **plano ambicioso de aumento da produtividade**, depois de discuti-lo com os parceiros sociais e com a sociedade civil;
- Fomentar o **empreendedorismo** e a qualificação dos empresários;
- Estudar e executar um pacote de medidas para a **diminuição da desigualdade** de rendimentos e da pobreza, com um enfoque especial em medidas pré-redistributivas (acesso a cuidados de saúde, escolaridade, especificidade das famílias monoparentais e das pessoas viúvas que vivem só, formação profissional, habitação, aumento da produtividade e níveis salariais das famílias mais pobres).

Comunicações e Turismo

- Assegurar, através de provimento público ou de regulação do mercado das comunicações, que um serviço de **Internet** rápida, e barata ou gratuita, fica acessível a partir de qualquer ponto habitado do território;
- Desburocratizar a atividade de **alojamento local**;
- **Promover o turismo de qualidade** e assegurar as condições necessárias para que não haja constrangimentos nas infraestruturas nem nos transportes (nomeadamente aeroportuários, ferroviários e portuários) que estrangulem o seu crescimento.

3.1.5 Defesa

Ambição

Tencionamos adaptar a defesa nacional para as ameaças reais do século XXI. Queremos continuar contribuindo para a paz mundial através de ações militares humanitárias ao abrigo das resoluções da ONU. Pretendemos reforçar a nossa participação com os nossos aliados no âmbito da NATO.

Objetivos principais

- Continuar a participação empenhada na cooperação no âmbito da NATO.

- Continuar o processo de modernização e profissionalização das Forças Armadas;
- Aprofundar o contributo para a paz mundial e para a amenização de tragédias humanitárias.

Propostas

Defesa

- As Forças Armadas Portuguesas, que são uma fonte de orgulho nacional, continuarão a ter o apoio político necessário para a sua integração em **missões humanitárias no âmbito das Nações Unidas e da União Europeia**;
- Dar continuidade ao cumprimento do disposto no **Livro Branco de Defesa Nacional**, o qual deverá ser atualizado;
- Defender que Portugal seja um país ativamente cumpridor das **resoluções da NATO**;
- Trabalhar no sentido de se formar uma **força de defesa única na União Europeia**.

3.1.6 Educação e Cultura

Ambição

Pretendemos que o Estado seja um agente de divulgação das vantagens de um estilo de vida ativo. O sedentarismo poderá ser combatido por escolhas cotidianas tão simples como, por exemplo, o hábito diário de caminhar, e queremos convidar os Portugueses a adotarem mais escolhas simples e saudáveis.

Queremos que os Portugueses sintam brio pela sua cultura, língua e património. Será nosso entendimento que o conhecimento, a arte e os costumes que caracterizam a Portugalidade deverá ser cultivado, divulgado e protegido. Tencionamos criar uma organização com implantação internacional, se possível em conjunto com os nossos parceiros da CPLP, para a divulgação do Português, nomeadamente através do ensino. Pretendemos redescobrir, divulgar e proteger o património cultural e histórico que nos caracteriza. Queremos, orgulhosos da nossa cultura, fazer desta um instrumento de aproximação e conhecimento mútuo com todos os povos.

Aspiramos por uma política educativa que seja tratada como prioritária no âmbito político. Queremos reformar o sistema educativo de forma a que as nossas crianças, adolescentes e jovens sejam formados numa cultura de exigência, de liberdade, e de respeito pelo outro. A mentalidade científica deverá ser um eixo estruturante do ensino. Queremos que o sistema educativo seja promotor da igualdade de oportunidades, pelo que defendemos o ensino público gratuito (exceto para as famílias nos 2 escalões mais altos de IRS) e com alimentação gratuita até ao 3.º ciclo.

Objetivos principais

- Combater o sedentarismo através da promoção de atividades cotidianas simples;
- Cultivar, divulgar e proteger a nossa cultura, a nossa língua e o nosso património;
- Reformar o sistema educativo.

Propostas

Atividade Física e Desporto

- **Lutar contra o sedentarismo**, nomeadamente promovendo todas as formas de substituição do uso de automóveis, elevadores e escadas rolantes por caminhadas e pela utilização de escadas;
- **Promover o desporto infantil** a todos os níveis, incluindo escolar e clubístico.

Cultura

- Incluir **a dança e a expressão dramática** no sistema de ensino;
- Promover a arte e os costumes que caracterizam a **Portugalidade**;
- Criar uma organização com implantação internacional dedicada ao ensino da Língua Portuguesa.

Educação

- **Abolir listas de espera** e quaisquer outras práticas que ponham as famílias que mudaram recentemente de local de residência em desvantagem, e, de uma forma geral, implementar medidas que coloquem todas as crianças em igualdade de circunstâncias no acesso à escola local;
- Exigir **mestrado** na admissão à carreira de ensino;
- Investir na melhoria sistemática das **competências pedagógicas dos professores**, na desburocratização do seu trabalho, e na melhoria das suas condições de trabalho;
- **Modernizar as escolas** com piores classificações nos rankings escolares;
- Produzir dados que permitam uma **melhor avaliação e planeamento do sistema escolar**, bem como compilar dados em parceria com as direções escolares que lhes permitam melhorar sistematicamente o seu planeamento;
- Promover o **ensino de informática** em todas as escolas que o desejarem, integrar linguagem de programação e pensamento computacional no currículo, e permitir que todas as escolas integrem a tecnologia digital à aprendizagem nas situações em que esta possa melhorar a aprendizagem dos alunos;
- **Reformar o sistema de ensino** para que seja promotor da igualdade de oportunidades, sem taxas (exceto para as famílias nos 2 escalões mais altos de IRS), com alimentação gratuita, com um mais eficaz encorajamento pela leitura

nas escolas, com a introdução precoce a atividades artísticas (dança, expressão dramática, etc.) e domésticas (carpintaria, costura, cozinha, etc.), com diferenciação entre sistema académico e vocacional a partir do 7.º ano (com um carácter flexível que permita a todos concorrerem a escolas técnico-profissionais, ao ensino politécnico e ao ensino universitário), e com alargamento até ao 6.º ano da avaliação e do ensino não compartimentado em disciplinas.

3.1.7 Emprego e Segurança Social

Ambição

Entendemos o trabalho como a atividade natural que garante o sustento familiar, a vida digna, e que permite a realização pessoal. É nossa ambição executar políticas de estímulo e apoio à criação de empregos por conta de outrem e por conta própria, e de apoio à inserção dos jovens no mercado de trabalho. Queremos lutar firmemente contra o desemprego de longa duração e contra o desemprego jovem. Aspiramos também por um mercado de trabalho mais eficiente e em que se respeitem os direitos dos trabalhadores, e que estes sejam tratados com dignidade pelas entidades empregadoras. Queremos aumentar a fiscalização das condições de higiene e segurança no trabalho, principalmente nos setores com mais acidentes de trabalho.

Ambicionamos também por uma reforma da segurança social que a torne mais sustentável. Queremos implementar uma política de aproximação gradual do sistema de pensões a um modelo de capitalização, isto é, em que as contribuições para a segurança social sejam cada vez mais investidas para pagamento de pensões futuras.

Objetivos principais

- Proporcionar uma dinâmica económica e de valorização profissional em que cada cidadão tenha condições para oferecer, no mercado de trabalho, competências que lhe permitam alcançar o direito a um emprego digno e remunerado com um salário decente;
- Implementar um plano de extinção da ADSE;
- Tornar a Segurança Social mais sustentável a longo prazo.

Propostas

Emprego

- Agilizar os processos de **integração dos jovens** no mercado de trabalho;

- Apoiar a criação de **creches junto ao local de trabalho**, por parte das entidades empregadoras;
- Aumentar o **salário mínimo** para 700€ em 2020, 750€ em 2021, e 800€ em 2022;
- Consultar, dialogar e negociar continuamente com **empregadores e sindicatos** sobre as questões laborais;
- Criar um **fundo de inovação para as tecnologias disruptivas**, de cerca de 300 milhões de euros para a década 2020-2030, que promova a criação de novos produtos, novos processos produtivos, e novos modelos de negócio que combinem inovação e tecnologia de ponta, e com uma monitorização constante que permita avaliar se existem métodos mais adequados para alavancar e atrair o investimento pretendido;
- Criar uma entidade que tenha por função principal **antecipar as necessidades do mercado de trabalho em termos de competências** de forma a tornar o mercado de trabalho mais eficiente e a preparar o país para uma resposta adequada às exigências dos empregadores em termos de qualificação da mão-de-obra;
- Desenvolver um **programa de empregos futuros** que estabeleça as ações necessárias para preparar os jovens, em termos de competências, conhecimentos, criatividade e mentalidade, para um mercado de trabalho futuro que se prevê dominado pela inteligência artificial, pela robotização e pelos computadores quânticos;
- Executar um **programa de apoio à inserção no mercado de trabalho específico** aos desempregados de longa duração, aos desencorajados, e aos que manifestam um comportamento vicioso de preferência da situação de auferirem rendimentos de apoio social do que aceitarem um emprego;
- Legislar para **proteger trabalhadores em empregos precários** e proibir contratos abusivos;
- Promover uma cultura de **empreendedorismo** e estimular a criação de *startups*.

Formação profissional

- Criar serviços de aconselhamento e formação relacionadas com a **gestão da carreira pessoal**;
- Desenvolver iniciativas que fortaleçam as competências de **empreendedorismo, gestão e liderança** nas empresas e entre desempregados;
- **Preparar os trabalhadores** para os desafios da revolução digital e da inteligência artificial priorizando a aprendizagem ao longo da vida;
- Promover uma cultura de aprendizagem contínua e **formação ao longo da vida** e atrair mais trabalhadores para cursos de atualização e melhoria de competências ao longo da vida.

Segurança Social

- Estudar um plano de transição gradual e a muito longo prazo do **plano de reforma** para um modelo de capitalização;
- **Extinguir a ADSE** através dum plano de encerramento que garanta aos beneficiários um processo de transição que lhes permita continuar a aceder aos cuidados de saúde sem mudanças abruptas;
- **Limitar a pensão de reforma** a um valor máximo de 3 mil euros;

3.1.8 Família e Igualdade de Oportunidades

Ambição

Para nós as famílias são o núcleo central da sociedade e, por isso, devem ser apoiadas pelo Estado na superação dos seus desafios e na realização dos seus objetivos. Queremos, por isso, colocar as necessidades das famílias no centro das políticas do Estado.

A promoção da igualdade de oportunidades, bem como a igualdade de tratamento perante a lei, são para nós valores fundamentais que o Estado deve garantir, impedindo que qualquer discriminação negativa impeça cada cidadão de explorar todo o seu potencial. Temos a ambição de introduzir políticas preventivas que aumentem o leque de oportunidades dos cidadãos, promovam a inclusão social, e quebrem barreiras discriminatórias. Aspiramos a uma sociedade em que cada criança tenha a oportunidade de ser feliz e tornar-se um adulto realizado, em que os adultos em dificuldades são apoiados de forma a poderem reintegrar-se na sociedade, e em que os idosos sejam apoiados para viverem com saúde e com um sentimento de pertença à comunidade.

Ambicionamos que Portugal seja, cada vez mais, um país de oportunidades, uma república construída em torno de pessoas e comunidades ambiciosas e solidárias. Queremos unir as comunidades em torno de desígnios comuns que criem um ambiente vibrante de entreatajuda, com oportunidades para todos. Para nós o desenvolvimento faz mais sentido quando permite, a cada indivíduo e comunidade, que todo o seu potencial seja colocado ao serviço da comunidade, independentemente da sua origem geográfica, local de residência, idade, ou portabilidade de deficiências.

Queremos contribuir para que Portugal seja um país de desenvolvimento das suas gentes, das suas comunidades, das suas empresas, e das suas organizações sem fins lucrativos. Esse contributo passa por criar um ambiente favorável para que todos possam participar no processo de desenvolvimento, em todas as partes do país. O desenvolvimento regional que almejamos só se consegue apoiando de forma diferente as regiões que têm realidades diferentes em termos demográficos e geográficos. Pretendemos, por isso, fazer uma discriminação positiva que torne o desenvolvimento

acessível a todas as partes de Portugal em circunstâncias mais equilibradas, em contraponto com a situação atual, em que a região mais desfavorecida tem menos 35% de rendimento médio por habitante do que a região mais rica, ou em que os concelhos com menor poder de compra têm menos de 56% da média nacional.

Objetivos principais

- Apoiar adequadamente as crianças com necessidades especiais;
- Assegurar que o povoamento do território e o processo de desenvolvimento sejam geograficamente mais equilibrados;
- Dar a oportunidade a cada criança e jovem de se desenvolver e se realizar, independentemente da sua origem familiar.
- Evitar que o local de residência seja uma barreira para a concretização do potencial empreendedor e de realização de cada indivíduo;
- Garantir oportunidades para os cidadãos portadores de deficiências;
- Garantir que nenhuma família trabalhadora permaneça em situação de privação de necessidades essenciais e que a pobreza infantil diminua;
- Reduzir as consequências da pobreza nas crianças;
- Reforçar o apoio à integração social de portadores de deficiências

Propostas

Desenvolvimento regional

- Criar **planos regionais** coerentes e integrados de conjugação de competências, empreendedorismo e inovação que crie bases para a exploração de vantagens competitivas;
- Criar um **plano nacional** com um horizonte temporal de muito longo prazo que tenha por objetivo o desenvolvimento económico equilibrado por todas as partes do território nacional e que torne o povoamento do território geograficamente mais equilibrado.

Diversidade e igualdade

- Conceder uma subvenção de apoio aos **cuidadores de pessoas com deficiências graves ou profundas**;
- Dar aos portadores de deficiências **maior independência e opções** nos acessos aos serviços que melhor atendam às suas necessidades individuais;
- Estudar o **custo de vida adicional** para os cidadãos portadores de deficiências e aproximar os subsídios respetivos aos valores estimados;
- Garantir que todas as **crianças portadoras de deficiências graves ou profundas** tenham todo o apoio necessário, e alterar a legislação no sentido de possibilitar

aos cuidadores-trabalhadores uma maior articulação entre o trabalho e os cuidados;

- Legislar para exigir a publicação da **disparidade salarial entre géneros** em grandes empresas.

Família, Infância e Juventude

- Criação de um plano de **igualdade de oportunidades nas escolas**;
- Diminuir o valor máximo das propinas (exceto para as famílias dos 2 escalões mais altos de IRS) e garantir **que nenhum aluno deixe de estudar por dificuldades financeiras**;
- **Diversificar a oferta formativa** de forma a dar opções viáveis aos alunos em risco de abandono escolar para que possam ingressar com competências relevantes no mercado de trabalho;
- Fortalecimento dos serviços públicos no **diagnóstico precoce de dificuldades** no desenvolvimento das crianças;
- Garantir alimentação saudável no horário escolar, manuais escolares e acesso a cuidados de saúde **gratuitos a todas as crianças**;
- Implementar um **plano de luta contra o abandono e insucesso escolar** que ofereça respostas de âmbito nacional em conjunto com respostas adaptadas a cada realidade local;
- Implementar um plano pré-escolar e escolar de **senalização de necessidades de intervenção precoce** e adaptada a cada situação, com uma colaboração interdisciplinar entre encarregados de educação, professores e outros funcionários escolares, e terapeutas;
- Introduzir um abono à família trabalhadora, num regime de subsídio mensal, a **empregados com filhos**;
- Introduzir um plano de avaliação precoce de diagnóstico de **necessidades especiais** entre as crianças que assegure que as crianças com deficiências e as suas famílias têm acesso a uma intervenção adequada tão cedo quanto possível;
- Oferecer **serviços pós-escolares** nas escolas ou em centros comunitários, incluindo apoio no estudo, educação física e terapia comunicacional.

Formação

- Atribuir um papel mais ambicioso aos institutos públicos ligados à **formação profissional**, e fazer com que estes forneçam os recursos chave e o apoio indispensável ao fortalecimento das empresas (principalmente emergentes) que se dedicam ao fornecimento de bens e serviços inovadores e de grande valor acrescentado (concretizado ou potencial), que participem em mercados sustentáveis, e que diversifiquem a economia regional;

- Criar novos **programas de aprendizagem, estágio e programas certificados** que ajudem as empresas a fortalecerem a sua base de talentos, para empregados novos ou já existentes;
- Reforçar a qualidade e a variedade da **formação contínua**, de forma a robustecer a base de competências e habilidades que suportem setores regionais economicamente viáveis;

Idade Sénior

- Apoiar comunitariamente os **idosos isolados**;
- Capacitar os idosos que queiram **trabalhar**;
- Estimular e facilitar o acesso a **formação** cultural e técnica aos idosos;
- Estimular o **voluntariado** de idosos;
- Promover **estilos de vida ativos e saudáveis** específicos para idosos;
- Rever as barreiras legais ao **trabalho em idade avançada** para quem o quiser.

Plano Nacional

- Criar um plano nacional, coerente e integrado, que promova as bases para a exploração, duma forma sustentável, das **vantagens competitivas** de cada região.

3.1.9 Finanças

Ambição

Devemos garantir que os valores nacionais e republicanos reflitam a forma como o Estado age e interage com os cidadãos. Queremos um sistema político robusto e protegido de ameaças e interferências externas. Pretendemos reafirmar a orientação dos serviços do Estado para o cidadão. Aspiramos pela evolução da Constituição da República Portuguesa em direção às novas necessidades de nossa nação.

Queremos gerir as finanças públicas com responsabilidade e construir uma economia resiliente. Tencionamos fazer aos contribuintes a justiça de lhes dar um retorno adequado aos impostos pagos através de serviços públicos eficientes e úteis. No governo nunca permitiremos que a má gestão pública leve o país a desequilíbrios graves. Ambicionamos tomar medidas preventivas que mitiguem os riscos económicos e financeiros externos. Aspiramos por contas públicas saudáveis que permitam melhorias sustentáveis do padrão de vida. Queremos uma economia que se aproxime do pleno emprego. Temos a ambição de diminuir, de forma significativa, a dívida pública e a dívida externa.

Objetivos principais

- Diminuir o IRC;
- Gerir as finanças públicas de forma cuidadosa, prudente e responsável;
- Não permitir que eventuais falências bancárias recaiam sobre os contribuintes para além do estritamente necessário para o cumprimento legal;
- Otimizar processos, reduzir desperdício e lutar contra a corrupção e o tráfico de influências em todo o Estado;
- Promover aumentos dos salários na função pública que sejam sustentáveis a longo prazo.

Propostas

Administração Pública

- Elaborar um plano de **ataque ao desperdício, procura de sinergias e aumento da eficiência de processos** em toda a administração pública;
- Executar um **plano anticorrupção e inibidor do tráfico de influências** na administração pública e nos cargos políticos;
- Facilitar a **mobilidade geográfica e setorial** dos funcionários públicos que desejem mudança;
- Fazer caminho no sentido de **descentralizar** a administração pública;
- Promover, dentro do setor público, uma cultura de **adoção antecipada de tecnologia**, colocando assim a tecnologia de ponta ao serviço dos cidadãos;
- **Reduzir os cargos de nomeação** a favor de concursos que favoreçam a competência, a idoneidade e a honestidade.

Finanças Públicas

- Aumentar para 8 mil euros o valor mínimo para **rendimento tributável em IRS** e diminuir para 6 o número de escalões;
- **Baixar o IRC** para 16,5% em 2020, 16% em 2021, 15,5% em 2022, e 15% em 2023;
- Contribuir, internamente e no âmbito da União Europeia, para uma **legislação que reforce o poder efetivo da supervisão bancária** no sentido de prevenir atempadamente falências bancárias;
- Em caso de eventuais falências bancárias, **utilizar os recursos públicos apenas no mínimo necessário ao estrito cumprimento legal**;
- Executar uma política de **salários da função pública** que seja moderada e sustentável a longo prazo;
- Gerir as finanças públicas de modo a **diminuir a dívida pública todos os anos**;
- Preferir a taxação do consumo em favor do **alívio da taxação sobre o rendimento**.

3.1.10 Justiça

Ambição

Uma das nossas prioridades na Justiça é reforçar os direitos e o apoio às vítimas, principalmente às mais vulneráveis.

Uma segunda prioridade é tornar a administração da justiça mais célere, estudando o sistema, planeando um conjunto de alterações eficazes para a prossecução desse objetivo, e fornecendo os meios necessários para o mesmo.

Uma terceira prioridade é transformar o sistema judicial num instrumento mais ativo na sua faceta de prevenção criminal, estudando o perfil dos criminosos, atuando de forma incisiva na prevenção, e trabalhando de forma mais eficaz na mudança de mentalidade e na reinserção social dos criminosos.

Objetivos principais

- Acelerar a administração da justiça;
- Auxiliar os cidadãos através dum sistema judicial que protege as vítimas;
- Prevenir a proliferação da prática criminal.

Propostas

Justiça

- **Alargar o banco de dados genéticos** para um maior esclarecimento de crimes com exames de ADN;
- **Apoiar as vítimas**, principalmente as menores, através de todos os meios que permitam que tenham a proteção necessária e a oportunidade de serem felizes;
- Aumentar a prescrição de **crimes graves**;
- Aumentar a proteção de **denunciantes anónimos**;
- Considerando que uma pequena parte dos reincidentes são responsáveis pela maior parte da criminalidade, queremos trabalhar de forma especial para **reduzir a reincidência**;
- Criar a figura de **crimes hediondos** e possibilitar sanções até 30 anos de prisão para esses crimes;
- De forma a que os nossos tribunais tenham um desempenho mais eficiente, queremos envolver todas as partes relevantes na administração da justiça numa **reforma** composta por medidas efetivas que facilite o acesso a todos os cidadãos, que a torne mais célere e que modernize o sistema judicial;
- Garantir que a regra no processo criminal seja a **prisão efetiva** imediatamente a seguir à condenação em segunda instância;

- Garantir que os **condenados por homicídio** em qualquer instância cumpram pena imediatamente a seguir à sentença ou acórdão, mesmo que haja direito a recurso;
- Impedir a diminuição da pena e a saída temporária da prisão de **presos com vínculo a organizações criminosas**;
- Introduzir alterações legislativas e organizacionais para que os processos que envolvam necessidade de **proteção e custódia de menores** sejam tratados com uma maior sensibilidade e de forma muito expedita;
- Introduzir alterações legislativas e procedimentais que permitam às **audições pré judiciais** terem uma maior consideração nos processos judiciais e torná-los mais eficientes e menos morosos;
- Introduzir a sanção de **castração química** a condenados com trânsito em julgado por crimes de pedofilia;
- Introduzir regulamentação mais clara que permita que as forças de segurança possam **trabalhar disfarçados**;
- Permitir o **confisco de bens e isolamento carcerário** dos líderes de grupos criminosos;
- Propor as alterações legislativas necessárias para que a Justiça proteja os **direitos das vítimas**;
- Propor um **pacote legislativo anticorrupção e contra o tráfico de influências** que tornem o sistema judicial mais eficaz;
- Propor um pacote legislativo para **combate a organizações criminosas**;
- Reforçar a **cooperação internacional** no combate ao crime;
- Tornar obrigatório o **trabalho na prisão**.

3.1.11 Planeamento e Infraestruturas

Ambição

Temos a ambição de manter o equipamento social seguro através de vistorias sistemáticas e com decisões rápidas sobre intervenções em situações críticas.

Uma segunda prioridade é tornar o transporte ferroviário como uma ferramenta de desenvolvimento regional, de apoio às atividades exportadoras e de valorização dos portos nacionais.

Objetivos principais

- Alargar e modernizar a rede ferroviária;
- Priorizar a manutenção do equipamento social, de forma a aumentar o grau de segurança de utilização do mesmo.

Propostas

Equipamento Social e Transportes

- Assegurar uma ligação semanal por **ferryboat** entre o território continental e cada uma das regiões autónomas;
- Estudar e iniciar a implementação dum **plano nacional ferroviário** ambicioso, que ligue todas as partes do território continental, de forma a substituir uma parte significativa do trânsito rodoviário por ferroviário (mais ecológico e mais seguro), ligar partes isoladas do território continental à rede nacional, tornar mais competitivos os portos nacionais, e tornar mais apelativas ao turismo as cidades que não estão servidas por aeroportos;
- Tornar mais exigente o sistema de **inspeção e manutenção** do equipamento social, com o objetivo de prevenir acidentes por falta de manutenção.
- Trabalhar, em coordenação com o governo de Espanha, no sentido duma rápida **harmonização das linhas ferroviárias ibéricas às do resto da Europa**.

Planeamento

- Assegurar que **as obras públicas são adjudicadas com as melhores práticas**, com rigor de execução por norma, e que os contratos não sejam lesivos aos contribuintes;
- Conceber um **plano de investimentos a longo prazo** que leve em conta as restrições orçamentais associadas ao objetivo de redução da dívida pública e externa, a rentabilização dos portos nacionais, a qualidade dos transportes públicos, o desenvolvimento regional, a necessidade de diminuição da poluição do ar, e um maior incentivo à utilização de transportes públicos pela população urbana e suburbana.

3.1.12 Relações Externas

Ambição

Queremos que Portugal permaneça na família europeia que ajudamos a construir, e que a União Europeia se aprofunde, se desenvolva e se fortaleça enquanto união. Defendemos um caminho de pequenos passos rumo ao federalismo europeu, pois consideramos que esse é o caminho que nos proporciona mais desenvolvimento e mais paz.

Ambicionamos honrar e aprofundar as nossas alianças, com destaque para a Aliança Luso-Britânica, aproveitando a saída do Reino Unido da União Europeia para aprofundarmos a cooperação bilateral no seio da aliança diplomática mais antiga do

mundo. Aspiramos por um aprofundamento da CPLP, nomeadamente como fonte de dinamização da Língua Portuguesa no mundo, com a criação de uma entidade de ensino da língua portuguesa que se espalhe pelo mundo. Tencionamos manter a nossa posição de membros fundadores da NATO, cumprindo atempadamente as nossas obrigações financeiras e dando condições para que os nossos militares continuem exercendo com qualidade as suas funções.

Ambicionamos ser um país que se propõe a intermediar conflitos internacionais, numa posição construtiva e neutra. Queremos ser no mundo um contributo para a justiça, a liberdade, a paz, a segurança e a sustentabilidade ambiental.

Defendemos que a nossa diplomacia ajude as empresas portuguesas a aumentarem as suas exportações.

Relações Externas

- Abrir **novas embaixadas e consulados**, como por exemplo uma embaixada com secção consular em Daca (Bangladesh) e consulados em Chongqing (China) e Lagos (Nigéria), com o intuito de ajudar mais empresas e cidadãos;
- Apoiar a eleição de Canadá, Noruega e República da Irlanda para o **Conselho de Segurança da ONU** em 2021-2022;
- **Apoiar mais e melhor o trabalho da AICEP** com o objetivo de aumentar o apoio às empresas portuguesas que queiram exportar;
- Criar condições para que **mais alunos estrangeiros** venham estudar a Portugal;
- Defender a ideia de constituição de um **governo europeu** emanado a partir do parlamento europeu;
- Defender o aprofundamento dos laços entre nações no seio da **União Europeia** com o objetivo de longo prazo de formar um estado federal, através de uma política de pequenos passos, com gradual aumento do orçamento europeu, aprofundamento da harmonização fiscal e legislativa, alargamento das competências legislativas e dos poderes do Parlamento Europeu e eleição direta da presidência da Comissão Europeia;
- Explorar, no seio da CPLP, um projeto de criação duma organização com o intuito de **ensinar a língua portuguesa pelo mundo**;
- Exigir ao Reino de Espanha a devolução da **Vila de Olivença e territórios subjacentes**, nos termos do Artigo 105 da Ata Final do Congresso de Viena;
- Fazer de Portugal uma referência diplomática na **resolução pacífica de conflitos internacionais** (começando por abordar as partes, por exemplo na crise do límen);
- **Reforçar as missões diplomáticas já existentes**, não só nas missões que demoram mais tempo na resposta aos serviços pedidos, como também num conjunto de países desenvolvidos com o intuito de ajudarem o governo a melhorar as políticas e as leis com relatórios sobre as melhores práticas nesses

países (por exemplo: contributos para Portugal do ambiente empresarial Irlandês, do modelo educacional Finlandês, ou da qualidade legislativa Alemã);

- **Reforçar intervenções diplomáticas e humanitárias** no sentido de acabar com a fome, formar crianças e prevenir guerras, bem como colaborar mais eficazmente com as nossas ONG em ações que ajudem diretamente as populações mais necessitadas e preferindo ações que ajudem as populações a tornarem-se economicamente independentes.

3.1.13 Saúde

Ambição

O nosso objetivo principal é promover estilos de vida saudáveis e ajudar os cidadãos a viverem vidas longevas e proveitosas. Queremos reformar o sistema de saúde para que seja mais focado na promoção de hábitos salutareos, na prevenção de comportamentos de risco, e que tenha uma abordagem mais holística da saúde humana.

Pretendemos libertar os utentes, os profissionais de saúde e as unidades de saúde do atual paradigma da pressão do lóbi farmacêutico e devolvê-los à verdade dos estudos científicos randomizados e outros de grande qualidade. Tencionamos incentivar e proporcionar aos profissionais de saúde mais tempo para estudarem e se atualizarem através da leitura desses estudos científicos. Planeamos incluir, introduzir e alargar a oferta, nos serviços prestados pelo Serviço Nacional de Saúde, da Homeopatia, da Medicina Dentária, e da Psicologia, de forma gradual, consoante as possibilidades orçamentais e conforme as recomendações da Organização Mundial de Saúde.

Objetivos principais

- Aumentar a longevidade;
- Melhorar a qualidade da água;
- Promover uma cultura de saúde através de hábitos de vida saudáveis;
- Tornar o Serviço Nacional de Saúde mais compassivo, mais centrado no utente, mais suscetível de ser medido em termos de eficácia e mais sustentável financeiramente.

Propostas

Saúde

- Aperfeiçoar os procedimentos relativos a **doação** de órgãos e incentivar o aumento da doação de medula e de sangue;

- Comunicar de forma inovadora os riscos de rejeição do **Programa Nacional de Vacinação**, especialmente de bebés e crianças;
- Elaborar um conjunto de diretrizes “**Portugal Saudável**” que catalise um movimento nacional para um estilo de vida mais saudável e que preveja a implementação de ações concretas que apoie e estimule hábitos que proporcionem uma vida mais longa e saudável, e que envolva a generalidade da sociedade, incluindo a estrutura governativa, autarquias, clubes, comunidades locais, empresas, famílias e voluntários;
- Estender o Programa Nacional de Vacinação para incluir **novas coberturas**, segundo análise de especialistas em saúde pública, podendo incluir HPV, Meningite B e Rotavírus;
- Introduzir legislação, fiscalização e sanções mais apertadas na **limitação da quantidade de agrotóxicos** nos vegetais para alimentação;
- Inverter o paradigma atual de concentração dos gastos em saúde nos últimos 2 anos de vida por um **paradigma de saúde positiva e preventiva** ao longo da vida;
- **Medição e controle sistemático** da tensão arterial de um número crescente de cidadãos;
- Melhorar a **governança** dos serviços de saúde;
- Planear um pacote de medidas para **melhoria da qualidade da água** para consumo doméstico;
- **Proibir a venda** de bebidas quentes em copos de plástico, de refrigerantes e de bebidas com adoçantes sintéticos;
- Proporcionar avanços na **Saúde Pública**, nomeadamente em campanhas de aumento das consultas de planeamento familiar e de diminuição do consumo de bebidas alcoólicas destiladas.

3.1.14 Setor Primário

Ambição

Queremos que Portugal se torne uma referência na produção de produtos agrícolas de qualidade superior, com técnicas amigas do ambiente e da saúde humana e que diminua a utilização de agrotóxicos.

Objetivos principais

- Defender os interesses nacionais nas negociações comunitárias;
- Otimizar o uso do território para fins agropecuários levando em conta a mais valia produtiva e a sustentabilidade ambiental.

Propostas

- Conceber um **plano de estudo do território** que sirva de base para um uso otimizado do território de acordo com as características do terreno, nomeadamente de reflorestação nativa e de especialização agrícola, incentivando-se, dessa forma, a produção em cada zona do que for mais adequado especificamente para o terreno em causa;
- **Incentivar os sistemas sustentáveis de agricultura e pecuária** que eliminam ou diminuem drasticamente o uso de produtos químicos sintetizados industrialmente que sejam prejudiciais para a saúde humana, animal, ou que contaminem o ambiente;
- **Proteger firmemente os interesses da agricultura e da pesca nacionais** e promover altas taxas de execução dos apoios comunitários.